

# IMPACTO DA INFLAÇÃO NO PODER DE COMPRA DOS CONSUMIDORES EM SÃO PAULO

*Nicoli de Melo Rolim \**  
*Prof. Marcos Antonio Canhada \*\**

\* Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: 00111869@uniso.br

\*\* Orientador do trabalho: Professor do Curso de Ciências Econômicas da (Uniso). E-mail: marco.canhada@prof.uniso.br.

Recebido em: 27 de outubro de 2025. Avaliado em: 4 de novembro de 2025

## RESUMO

Este artigo visa identificar o impacto da inflação no poder de compra dos consumidores em São Paulo no período de 2022 a 2024. O problema de pesquisa consiste em analisar de que forma a inflação impacta o poder aquisitivo dos consumidores. Com o objetivo de analisar a inflação da cidade paulista e a variação dos preços e seu reflexo sobre o consumo, identificando as categorias de produtos e serviços mais afetados e seu impacto no orçamento familiar. Sendo assim, a teoria sugere que a inflação tende a reduzir o poder de compra dos cidadãos, principalmente os de baixa renda. A análise e coleta dos dados confirma essa hipótese, evidenciando que o impacto negativo da inflação no poder de compra é significativo e que a relação entre as variáveis estudadas é consistente e explicativa.

PALAVRAS-CHAVE: inflação, índices de preços, renda, poder de compra, consumo e São Paulo

## *IMPACT OF INFLATION ON CONSUMER'S PURCHASING POWER IN SÃO PAULO*

### *ABSTRACT*

*This article aims to identify the impact of inflation on the purchasing power of consumers in São Paulo during the period from 2022 to 2024. The research problem consists of analyzing how inflation affects consumers' purchasing power. The objective is to examine inflation in the city of São Paulo, the variation in prices, and its reflection on consumption, identifying the categories of goods and services most affected and their impact on household budgets. Thus, the theory suggests that inflation tends to reduce citizens' purchasing power, especially among low-income groups. The data collection and analysis confirm this hypothesis, showing that the negative impact of inflation on purchasing power is significant and that the relationship between the studied variables is consistent and explanatory.*

*Keywords: inflation, price indexes, income, purchasing power, consumption, São Paulo*

## 1 INTRODUÇÃO

Dentro do tema Economia Regional, este trabalho propõe-se a estudar o impacto da inflação no poder de compra dos consumidores em São Paulo. A partir deste tema estabeleceu-se a seguinte questão de pesquisa: de que forma a inflação afetou o poder de compra dos consumidores residentes na cidade de São Paulo no período de 2022 a 2024?

A hipótese testada é a de Vasconcellos (2015), que diz que a inflação reduz o poder de compra das classes que dependem de rendimentos fixos. Nesse caso se encontra os assalariados, que com o passar do tempo vão ficando com o seu orçamento cada vez mais reduzido e os que mais perdem são os trabalhadores de baixa renda. Por esse motivo costuma-se dizer que a inflação é um imposto sobre os mais pobres.

Em concordância com o objetivo geral, que se refere a comparar o impacto da inflação no poder de compra dos consumidores da cidade de São Paulo em diferentes períodos de inflação e entender como isso afeta o orçamento familiar. Em relação aos objetivos específicos, este artigo pretende analisar: a inflação na cidade de São Paulo nos anos de 2022 a 2024 e seu impacto no poder de compra dos consumidores, identificando as categorias de produtos e serviços mais afetados pela inflação e seu impacto no orçamento familiar.

Este artigo delimita-se a analisar o impacto da inflação no poder de compra dos consumidores na cidade de São Paulo. Buscando compreender de que forma o aumento dos preços, principalmente de itens essenciais como alimentos, transporte e moradia, afetou a capacidade do consumo entre os anos de 2022 e 2024.

Para a comunidade acadêmica, esse trabalho se faz relevante contribuindo com dados e análises econômicas que podem apoiar pesquisas nas áreas de economia, administração pública e políticas sociais. Já para a sociedade, entender o impacto da inflação ajuda o consumidor a tomar decisões mais conscientes e permite ao poder público ajustar suas estratégias de apoio à população. A pesquisa pode gerar conhecimento relevante sobre os setores mais afetados pela inflação e sobre o comportamento de consumo em períodos de alta nos preços. Esses dados podem ser usados por governos e empresas para desenvolver ações mais eficientes no combate à perda de poder de compra. Além disso, pode estimular o debate sobre

medidas de controle inflacionário e justiça econômica em grandes centros urbanos como São Paulo.

Ao que tange à coleta de informações que sustentam a análise, essa se baseia em material já elaborado, sendo de livros e artigos científicos, utilizando das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, aliado a pesquisa documental através de fontes primárias de informação, como dados e pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Por fim, tal artigo está dividido em cinco seções a contar a introdução como sendo a primeira; a segunda contém o arcabouço teórico onde se descreve as principais teorias acerca de inflação, índice de preços, poder de compra, consumo, renda e o contexto da cidade de São Paulo; a terceira seção consta a apresentação e análise dos dados decorrente da hipótese considerada; a quarta apresenta as conclusões acerca da pesquisa realizada; e, por último, a quinta seção traz as referências utilizadas.

## **2 ARCABOUÇO TEÓRICO**

De acordo com Mankiw (2019) a inflação é o aumento geral dos preços, tendo mais a ver com o valor da moeda do que com o valor dos bens. Em termos práticos, ela é medida pela variação percentual no índice de preços ao consumidor, pelo deflator do PIB ou por qualquer outro índice de nível geral de preços.

De maneira semelhante, o Banco Central do Brasil (2025a) define a inflação como o aumento dos preços de bens e serviços, e que ela acarreta a diminuição do poder de compra da moeda. Podendo ser medida por diversos índices de preços, entre eles o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado no sistema de metas para a inflação. Além disso, identifica-se como principais causas inflacionárias: pressões de demanda e de custos, inércia inflacionária e expectativas de inflação.

Nessa linha, Vasconcellos (2015) classifica a inflação conforme os seus fatores causais, distinguindo-se em inflação de demanda, provocada pelo excesso

de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços, e a inflação de custos, causada pela elevação dos custos.

Para mensurar a inflação, o Banco Central do Brasil (2025b), aponta o uso de diferentes índices de preços, que tomam uma média de diversos preços de modo a resumi-los em um único número, podendo se diferir de várias maneiras, destacando-se as diferenças na cesta de bens e serviços tomada como referência. Silva; Luiz (2017) destacam a existência de dois grandes grupos: os Índices Gerais de Preços (IGPs) e os Índices de Preços ao Consumidor (IPCs).

O Banco Central do Brasil (2025b) explica esses índices da seguinte forma:

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com coleta, em geral, do dia 1 a 30 do mês de referência. O IPCA é o índice de referência do sistema de metas para a inflação e mede o preço de uma cesta de consumo representativa para famílias com renda de 1 a 40 salários-mínimos. [...] O Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE, mede, atualmente, o preço de uma cesta de consumo representativa para famílias com renda de 1 a 5 salários-mínimos. [...] O Índice de Preços ao Consumidor – Fipe, um dos mais antigos índices de preços ao consumidor no Brasil. Mede o preço de uma cesta de consumo representativa para famílias com renda de 1 a 10 salários-mínimos, no município de São Paulo. [...] O Índice Geral de Preços - FGV, índice abrangente de preços, inclui não só preços ao consumidor (IPC) mas também preços ao produtor (IPA) e custos da construção (INCC). O IGP possui três versões, que diferem no período de coleta.

Frank (2012) reforça a relevância do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) como principal ferramenta utilizada para acompanhar o nível geral de preços e a inflação na economia, uma vez que ele representa uma estimativa do “custo de vida” em um determinado período. Em termos práticos, o IPC reflete a variação nos preços de uma cesta específica de bens e serviços consumidos por famílias ao longo do tempo.

Segundo Frank (2012), para calcular o IPC, o primeiro passo é escolher um ano-base e definir quais produtos e serviços compõem a cesta de consumo de uma família típica nesse período. Na prática, essa informação é obtida por meio de uma pesquisa detalhada conhecida como Pesquisa de Gastos do Consumidor. Nela, seleciona-se aleatoriamente uma família e registra-se tudo o que foi adquirido em

um determinado mês, juntamente com os respectivos preços pagos. Isso permite ao governo compreender como os consumidores distribuem seus gastos.

O cálculo do IPC em qualquer ano é feito com a seguinte fórmula:

$$\text{CPI} = \frac{\text{custo da cesta do ano-base no ano corrente}}{\text{custo da cesta do ano-base no ano-base}}$$

Em relação ao poder de compra, no livro “*The purchasing power of money*”, Fisher (1911) o define da seguinte forma:

O poder de compra do dinheiro é indicado pelas quantidades de outros bens que uma determinada quantia de dinheiro pode comprar. Quanto menores forem os preços dos bens, maiores serão as quantidades que podem ser compradas com uma determinada quantia de dinheiro e, portanto, maior será o poder de compra do dinheiro. Quanto maiores forem os preços dos bens, menores serão as quantidades que podem ser compradas com uma determinada quantia de dinheiro e, portanto, menor será o poder de compra do dinheiro. Em resumo, o poder de compra do dinheiro é o recíproco do nível de preços; assim, o estudo do poder de compra do dinheiro é idêntico ao estudo dos níveis de preços.

No que diz respeito ao consumo, Samuelson; Nordhaus (2005) o entende como os gastos realizados pelas famílias em bens e serviços de consumo final, sendo moradia, veículos, alimentos e atenção médica seus elementos principais.

Mankiw (2019) complementa classificando o consumo como uma despesa das famílias em bens e serviços, podendo ser bens duráveis, como carro e eletrodoméstico, e bens não duráveis, como alimento e vestuário. Em relação aos serviços é incluído itens intangíveis, como cortes de cabelo e serviços de saúde.

Em relação à renda, Krugman; Wells (2006) destacam a importância dela como renda disponível corrente (renda depois do pagamento de impostos e do recebimento de transferências governamentais), colocando-a como o ator mais importante que afeta os gastos de consumo, ou seja, pessoas com uma maior renda disponível, tendem a gastar mais, dirigir carros mais caros, viver em casas mais caras e gastam mais com refeições e roupas do que pessoas com a renda disponível mais baixa.

Nesse contexto, o CITRAT (2001), no “Glossário de Termos Neológicos da Economia”, diferencia renda bruta, líquida e real: a primeira corresponde ao rendimento total de um indivíduo ou entidade, durante um período determinado, sem descontos; a segunda, ao rendimento de um indivíduo ou entidade, durante um

período determinado, após os descontos de tributos e contribuições sociais; e a renda real, ao rendimento de um indivíduo ou entidade, durante um período determinado, descontadas eventuais taxas de inflação, refletindo de fato o poder aquisitivo do indivíduo.

Ao se considerar o contexto específico da cidade de São Paulo, segundo Preste Filho (2012), no ano de 1950 a capital paulista se tornou o maior centro industrial do País, se colocando como um importante centro financeiro e a maior cidade brasileira. Szmrecsányi (2004) reforça essa visão, apontando a consolidação de São Paulo como metrópole nacional e sul-americana e sua população crescendo cada vez mais acompanhada dos avanços urbanos.

Szmrecsányi (2004) argumenta que para entender o avanço da cidade de São Paulo como centro financeiro do país precisamos entender o sistema financeiro brasileiro:

No quadro de mudança de cidade industrial para cidade de serviços, a expansão do sistema bancário e setor financeiro foram fundamentais. A conclusão geral do texto é a de que o avanço do setor de serviços, inclusive os financeiros, não foi capaz de suplantar os efeitos negativos da perda de dinamismo da indústria brasileira nas últimas duas décadas e do forte processo de desconcentração industrial que atingiu São Paulo.

“A cidade vai deixando de ser um polo industrial para se tornar um polo de serviços. Sobre as condições de trabalho e renda, o autor destaca que o município reflete, em certa medida, o país” (SZMRECSÁNYI, 2004)

Segundo a FecomercioSP (2018), a cidade de São Paulo tem a economia mais sólida do País, o Produto Interno Bruto (PIB) da capital paulista supera a soma das riquezas de todas as capitais das regiões Norte, Nordeste e Sul e equivale ao da Grécia, representando 11% do PIB brasileiro e 34% do PIB do Estado de São Paulo. De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), se realizarmos a conversão do PIB de São Paulo para dólares a cidade de posicionaria como a 49ª economia do mundo.

### **3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS**

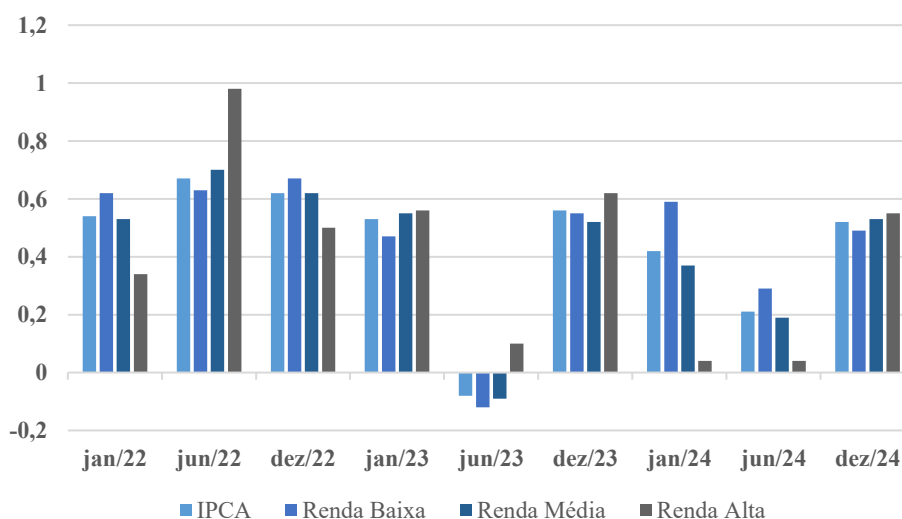
### 3.1 INFLAÇÃO

Segundo o IBGE (2025), se a variação de salário, de um ano para o outro, for menor do que o IPCA, perde-se poder de compra, pois os preços sobem mais do que a renda. Silva; Luiz (2017) diz que em um processo de alta de inflação, os assalariados saem perdendo, pois o poder aquisitivo diminui entre os períodos em que o salário é reajustado. Isso ocorre porque os preços de bens e serviços estão subindo mais rápido e acima dos salários.

Segundo o IPEA (2017) o indicador de Inflação por Faixa de Renda permite identificar as diferenças no comportamento do custo de vida de famílias com rendas distintas em relação a inflação. Para fins de análise, este estudo considerou o período de 2022 a 2024, com destaque para os meses de janeiro, junho e dezembro. Esses meses foram escolhidos porque representam o início, o meio e o fim de cada ano, possibilitando acompanhar a evolução da inflação em diferentes momentos do ciclo anual, sem a necessidade de expor todos os meses.

Podemos analisar esse indicador através do Gráfico 1, evidenciando as diferenças relevantes no comportamento da inflação entre as classes de renda baixa, média e alta:

Gráfico 1 - Inflação por faixa de renda de 2022 a 2024 (%)



Fonte: IPEA (2025b). Elaborado pela autora.

Os resultados mostram que no ano de 2022 a classe de renda baixa foi a mais impactada, registrando inflação próxima de 0,60%. No entanto, em junho desse ano a classe de renda alta registrou a maior taxa de inflação, atingindo 0,98%, valor superior ao das demais faixas. Em 2023, o cenário é diferente: no mês de junho ocorreu deflação para as classes de renda baixa (-0,12%) e média (-0,09%), além de queda no IPCA (-0,08%). Já a classe de renda alta apresentou uma leve inflação de 0,10%, permanecendo abaixo dos resultados de janeiro (0,56%) e dezembro (0,62%). Por fim, em 2024, a classe de renda alta foi a menos afetada nos meses de janeiro e junho, com inflação em 0,04%. Entretanto, em dezembro, essa mesma classe apresentou a maior taxa entre os grupos (0,55%). A renda baixa, por sua vez, mostrou maior sensibilidade em janeiro (0,59%), seguida pela renda média (0,37%). Em junho, ambas registraram quedas, mas em dezembro a renda baixa voltou a ser a mais pressionada (0,29%), ainda assim abaixo do patamar da renda alta.

Para compreender melhor o que houve nos períodos abordados no Gráfico 1 (além de fevereiro de 2023, em razão da ausência de dados para janeiro) observaremos a Tabela 1, que aborda a contribuição dos principais grupos do IPCA para a Inflação:

Tabela 1 - IPCA: contribuição por grupos (%)

Grupo	jan/22	jun/22	dez/22	fev/23	jun/23	dez/23	jan/24	jun/24	dez/24
Alimentos e bebidas	1,11	0,17	0,13	0,03	-0,14	0,23	0,29	0,09	0,25
Habituação	0,16	0,06	0,05	0,13	0,11	0,05	0,04	0,04	-0,09
Artigos de residência	1,82	0,02	0,03	0	-0,02	0,03	0,01	0,01	0,02
Vestuário	1,07	0,07	-0,01	-0,01	0,02	0,03	0,01	0	0,05
Transportes	-0,11	0,13	0,12	0,08	-0,09	0,10	-0,14	-0,03	0,14
Saúde e cuidados pessoais	0,36	0,15	0,02	0,16	0,01	0,05	0,11	0,07	0,05
Despesas pessoais	0,78	0,05	0,07	0,04	0,04	0,05	0,08	0,03	0,06
Educação	0,25	0,01	0,02	0,36	0	0,01	0,02	0	0,01
Comunicação	1,05	0,01	0,11	0,05	-0,01	0	0	0	0,02

Fonte: IPEA (2025b). Adaptado pela autora.

Através da Tabela 1 podemos observar que em 2022, o mês de janeiro foi marcado pela forte alta nos artigos de residência, com contribuição de 1,82%, configurando o grupo mais impactado naquele momento. No mesmo mês, o setor de transportes apresentou deflação (-0,11%). Em junho, os artigos de residência

passaram a registrar queda (-0,02%), enquanto os transportes voltaram a pressionar a inflação (0,13%). Já em dezembro, o grupo de alimentos e bebidas assumiu protagonismo (0,17%), seguido por transportes (0,12%), evidenciando o peso dos bens essenciais no custo de vida das famílias.

Em 2023, para fevereiro, observa-se que o setor de educação foi o principal responsável pela inflação (0,36%). Em junho, o cenário se inverteu: alimentos e bebidas (-0,14%), artigos de residência, transportes e comunicação registraram deflação, o que contribuiu para desacelerar o índice. Novamente os alimentos e bebidas exerceram a maior pressão (0,23%), confirmando a relevância desse grupo ao longo do ano.

Por fim, em 2024, a trajetória se manteve semelhante. Em janeiro, o grupo de alimentos e bebidas apresentou a maior contribuição (0,29%), sucedido pelo grupo de transportes (0,14%). Em junho, os alimentos registraram deflação (-0,09%) e os transportes também recuaram (-0,03%), o que reduziu a inflação geral. Contudo, em dezembro, os alimentos voltaram a liderar as pressões inflacionárias (0,25%), seguidos pelos transportes (0,14%).

A análise conjunta do Gráfico 1 e da Tabela 1 demonstra que os impactos da inflação entre 2022 e 2024 não foram semelhantes entre as classes sociais, já que cada classe destina sua renda a cestas de consumo distintas.

Nos meses em que o grupo de alimentos e bebidas apresentou maior contribuição para a inflação, as famílias de baixa renda foram as mais afetadas. Segundo o IPEA (2025a), o aumento nos preços de alimentos básicos afeta mais intensamente os mais pobres, justamente pelo peso desse item em sua cesta de consumo. Hoffmann (1995) reforça essa lógica ao afirmar que o acesso diário aos alimentos depende diretamente do poder aquisitivo, ou seja, da capacidade de comprá-los.

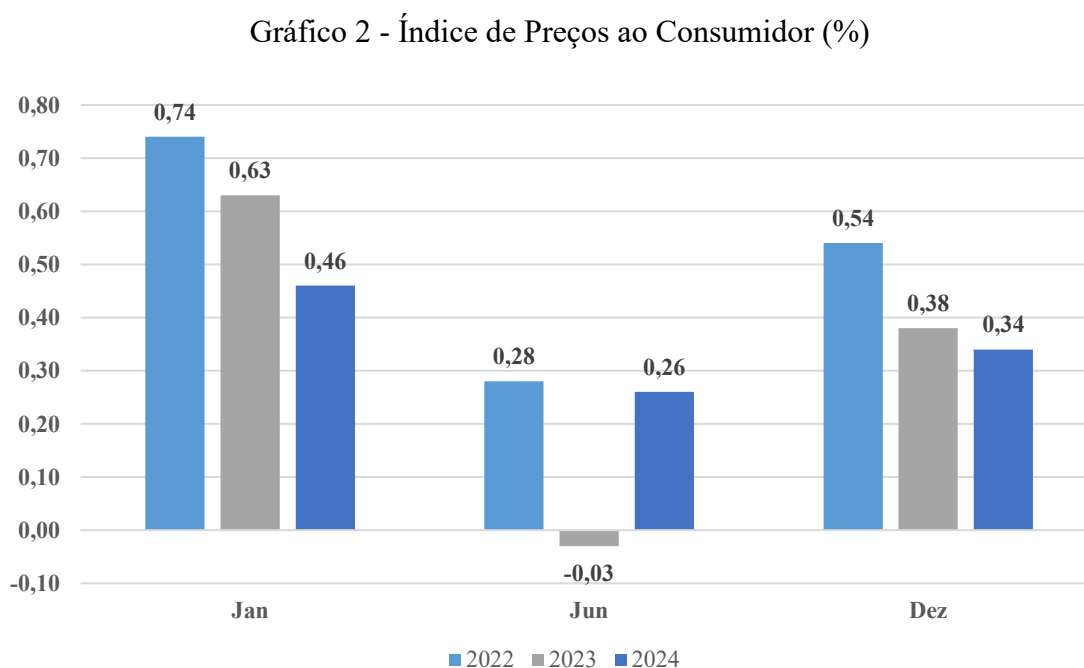
Como destacam Silva; Fonseca Neto (2011), “os pobres comprometem maior parte da renda com bens de primeira necessidade do que as camadas mais altas, de modo que quando aumenta a inflação desses bens, os pobres são relativamente mais afetados.”

Por outro lado, em momentos em que a pressão inflacionária se concentrou no grupo de transportes, o impacto recaiu sobre a classe de alta renda. De acordo com o IPEA (2024), o principal fator de elevação dos custos para esse grupo foi

o reajuste das passagens aéreas, item que possui maior presença no orçamento das classes com maior poder aquisitivo. Silva; Fonseca Neto (2011) também apontam que, para as famílias de alta renda, os setores de transporte, educação e despesas pessoais representam uma fatia crescente dos gastos.

De forma geral, percebe-se que a renda baixa sofre principalmente com as oscilações de alimentos e bebidas, a renda média apresenta comportamento intermediário, influenciado por serviços e transportes, enquanto a renda alta sente mais os impactos de reajustes em setores como educação, habitação e transportes. Dessa forma, como afirmam Silva; Fonseca Neto (2011), as cestas de consumo das famílias não são homogêneas, ou seja, elas acabam variando conforme o nível de renda.

Se tratando, especificamente, da cidade de São Paulo, o Gráfico 2 apresenta a taxa de variação do Índice de Preços ao Consumidor:



Fonte: FIPE (2025). Elaborado pela autora

Através do Gráfico 2 podemos observar que o mês de janeiro apresentou maior variação inflacionária em 2022, atingindo 0,74%. Durante o ano houve uma desaceleração no mês de junho, porém voltou a subir em dezembro, chegando a 0,54%. Em 2023, houve uma desaceleração significativa no início do ano, com a

taxa caindo para 0,63%, porém em junho houve uma deflação (0,03%). Em dezembro a taxa voltou a subir, mais ainda assim permanecendo menor do que a taxa registrada no ano anterior. Já em 2024, a inflação começou o ano recuando ainda mais para 0,46%, mas mostrou uma retomada no mês de junho em relação ao ano anterior, atingindo uma taxa de 0,26%. Em dezembro o valor chegou a 0,43%, mantendo a tendência de redução gradual.

### **3.2 RENDA E TRABALHO**

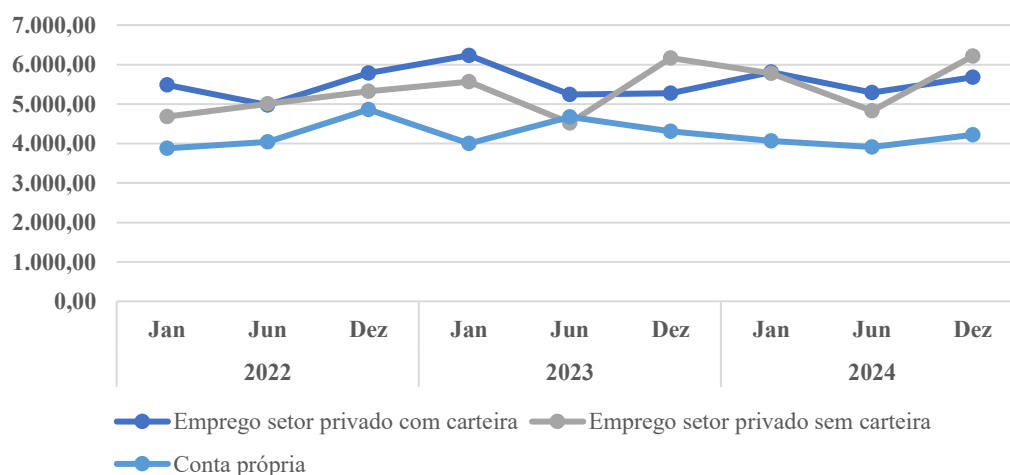
Segundo o IPEA (1994) um dos efeitos negativos mais importantes da inflação em relação a economia é a distorção alocativa, que gera o uso ineficiente dos recursos disponíveis e a elevação excessiva do grau de incerteza e, assim sendo, de risco associado às decisões dos agentes, que acaba por atrapalhar o investimento e o crescimento. O IPEA (1994) ainda destaca que a alta de preços impacta de forma desproporcionalmente desfavorável a qualidade de vida dos trabalhadores de baixa renda de diversas maneiras. A falta de acesso dos mais pobres ao mercado financeiro acaba causando uma perda real decorrente da corrosão inflacionária do salário ao longo do mês.

Além disso, o IPEA (1994) aponta que outro efeito negativo em relação a inflação é a desestruturação do mercado formal de trabalho, sendo de extremo conhecimento o impacto que a combinação de altas taxas de inflação e surtos recorrentes de recessão tem sobre a oferta de postos de trabalho.

IPEA (1994) continua dizendo que o impacto da inflação sobre os mais pobres ocorre não apenas de forma direta sobre o orçamento familiar, mas também de maneira indireta. A qualidade de vida dessa parte da população depende significativamente do acesso subsidiado ou gratuito a serviços públicos essenciais, como saúde, educação, saneamento e transporte. Dessa forma, há deterioração na quantidade e na qualidade desses serviços, que decorre diretamente da instabilidade econômica do país e do desequilíbrio financeiro do setor público.

O Gráfico 3 apresenta a variação do rendimento médio real dos cidadãos da cidade de São Paulo de acordo com o tipo de ocupação, apresentando os valores já deflacionados pelo IPCA durante o período de 2022 a 2024:

Gráfico 3 - Rendimento médio real (R\$)  
(Preços médios, deflacionados pelo IPCA)



Fonte: SEADE (2025). Adaptado pela autora

No Gráfico 3 nota-se que houve crescimento em todas as categorias, porém em ritmos diferentes. No ano de 2022 os trabalhadores por conta própria apresentaram rendimento menor em relação as outras categorias, mostrando que os trabalhadores com emprego no setor privado com carteira assinada têm um rendimento maior em relação aos sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria.

Em 2023, as três categorias chegam a rendimentos próximos durante todo ano, principalmente em junho, onde os rendimentos dos trabalhadores por conta própria e os sem carteira assinada quase se igualam. Já em 2024 os trabalhadores por conta própria voltam a ter menor rendimento e os de setor privado com e sem carteira assinada se mantêm com rendimentos semelhantes, exceto em dezembro, onde o emprego no setor privado sem carteira assinada ultrapassa as outras categorias, ficando acima dos R\$ 6.000,00. Esse cenário indica que apesar da recuperação dos rendimentos após o período de forte inflação de 2022, as desigualdades entre as ocupações permanecem significativas.

Essas diferenças ganham maior relevância quando são comparadas ao custo de vida. A Tabela 2 apresenta o gasto total da cesta básica paulista:

Tabela 2 - Gasto total da cesta básica paulista

<b>DATA</b>	<b>GASTO MENSAL</b>
jan/22	713,86
jun/22	777,01
dez/22	791,29
jan/23	790,57
jun/23	783,05
dez/23	761,01
jan/24	793,39
jun/24	832,69
dez/24	841,29

Fonte: DIEESE (2025). Elaborado pela autora.

Na Tabela 2 podemos observar que no ano de 2022 houve uma maior variação no valor da cesta básica paulista nos meses de janeiro a junho, chegando a um aumento de R\$ 63,15. Já no ano de 2023 houve uma queda em ambos os meses, a maior sendo do mês de junho para dezembro, de R\$ 22,04. Em 2024 foi semelhante a 2022, mostrando uma maior variação durante os meses de janeiro a junho (R\$ 39,30). Ainda que os salários tenham mostrado recuperação durante os anos, o custo da cesta básica ainda continua comprometendo boa parte da renda, principalmente em relação aos trabalhadores de baixa renda.

A Tabela 3 aprofunda essa análise ao apresentar a quantidade de horas trabalhadas necessárias para adquirir a cesta básica da cidade de São Paulo:

Tabela 3 - Tempo de trabalho total da cesta básica

<b>DATA</b>	<b>GASTO MENSAL</b>
jan/22	129h35m
jun/22	141h02m
dez/22	143h38m
jan/23	133h35m
jun/23	130h31m
dez/23	126h50m
jan/24	123h37m
jun/24	129h44m
dez/24	131h05m

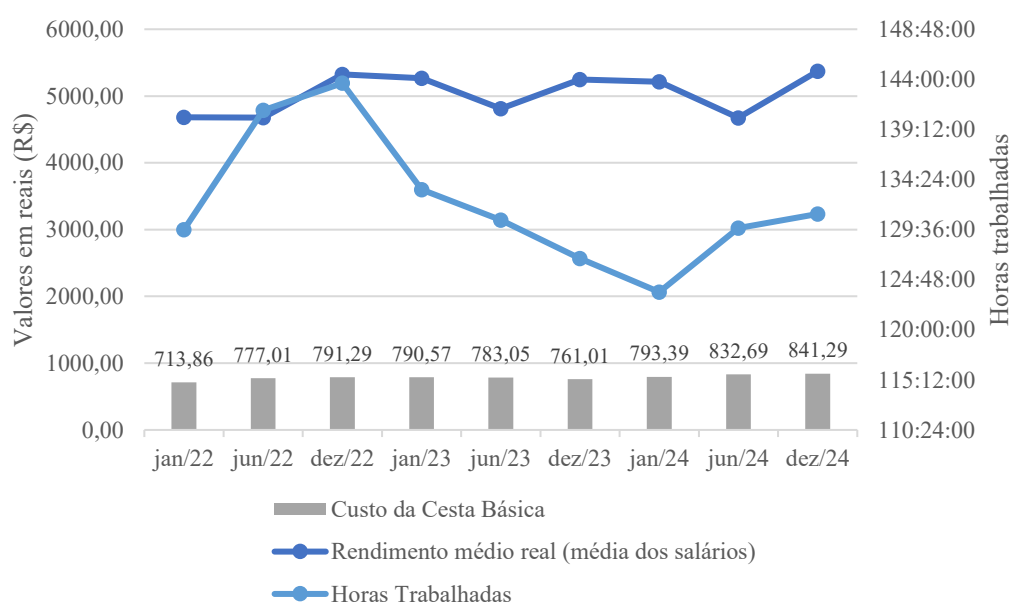
Fonte: DIEESE (2025). Elaborado pela autora

A Tabela 3 mostra que no ano de 2022 o tempo de trabalho para adquirir a cesta básica aumentou durante todo o ano, chegando a 143h38min. Em 2023 o

tempo diminuiu em todos os meses, chegando a 126h50min, acompanhando os dados dos valores da cesta básica, porém em 2024, de janeiro para dezembro o tempo foi aumentando gradativamente. Apesar das quedas, os trabalhadores ainda precisam dedicar mais de 100 horas de trabalho por mês apenas para suprir esse gasto essencial. Dessa forma, reforçando a ideia do IPEA (1994), ao mostrar evidências de como a inflação corrói o rendimento dos cidadãos e pressiona, principalmente, a classe mais pobre.

Os impactos da inflação no poder de compra podem ser mais bem observados no Gráfico 4, onde há uma comparação entre o rendimento médio real (média das categorias), o valor da cesta básica e as horas trabalhadas:

Gráfico 4 - Relação entre rendimento, custo da cesta básica e horas trabalhadas - São Paulo (2022-2024)



Fonte: DIEESE (2025); SEADE (2025). Elaborado pela autora

O Gráfico 4 apresenta que apesar da variação no rendimento, o custo da cesta básica mostra uma tendência de aumento durante todo período observado. Em consequência, o número de horas trabalhadas também se eleva, mostrando uma redução no poder de compra do trabalhador, ou seja, ele precisa trabalhar mais, para conseguir suprir suas necessidades básicas, como os produtos que compõem a cesta básica paulista.

De acordo com Soares; Firme; Lima Júnior (2021), a inflação, quando impulsiona a elevação dos preços, afeta de maneira desproporcional os produtos essenciais, sendo o grupo dos alimentos o componente mais sensível à volatilidade inflacionária, influenciado por fatores climáticos, geopolíticos e estruturais, podendo resultar em pressões substanciais sobre os orçamentos familiares, intensificando a vulnerabilidade econômica da população mais pobre da sociedade. Tavares; Belluzzo (1984) reforça dizendo que a inflação, ao elevar os preços, diminui o poder aquisitivo, obrigando os consumidores a desembolsarem uma grande quantia para aquisições que demandariam investimentos inferiores.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final desse artigo podemos concluir que os resultados alcançados evidenciam a hipótese de que a inflação impacta negativamente o poder de compra dos consumidores em São Paulo, reduzindo sua capacidade de consumo. Observou-se que categorias essenciais, como alimentação e transporte, foram as mais afetadas pela pressão inflacionária, refletindo uma perda real no padrão de vida dos consumidores paulistanos. O estudo também evidenciou que a variação da renda e o aumento dos custos de bens e serviços possuem uma relação explicativa e significativa.

Os resultados obtidos através da coleta e análise de dados provam a hipótese de Vasconcellos (2015), que diz que a inflação reduz o poder de compra das classes que dependem de rendimentos fixos e que os que mais perdem são os trabalhadores de baixa renda. Os objetivos foram alcançados, apresentando todas as observações necessárias para comprovar a hipótese desse artigo.

Por fim, espera-se que esse estudo contribua para a compreensão dos impactos da inflação sobre o poder de compra/bem-estar das famílias na cidade de São Paulo durante o período abordado e que sirva de base e inspiração para futuros estudos que aprofundem essa abordagem e análise da inflação e seus impactos em diferentes regiões e períodos, mostrando o quanto essa variável é de extrema importância para o dia a dia dos cidadãos e conhecer seus impactos é imprescindível.

Em relação a pesquisas futuras, fica de sugestão um maior aprofundamento na análise da relação entre inflação e poder de compra a partir de outras variáveis, como o nível de endividamento das famílias e a taxa de desemprego, realizando comparações em diferentes regiões do país, com o objetivo de identificar desigualdades regionais no impacto inflacionário. Além disso, podendo utilizar metodologias quantitativas, como modelos econométricos, para mensurar de forma mais precisa o impacto da inflação sobre o orçamento familiar.

## REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é inflação.** (2025a). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índices de preços.** (2025b). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/indicepreco>. Acesso em: 07 mai. 2025.
- CITRAT. **Glossário de Termos Neológicos da Economia.** 3. ed. São Paulo: CITRAT, 2001.
- DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.** (2025). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/cidade>. Acesso em: 08 out. 2025.
- FECOMERCIO SP. **Aos 464 anos, São Paulo tem economia mais sólida do país.** (2018). Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/aos-464-anos-sao-paulo-tem-economia-mais-solida-do-pais>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- FIPE. **IPC – Índice de Preços ao Consumidor.** (2025). Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/#indice-mensal>. Acesso em: 08 out. 2025.
- FISHER, Irving. **The Purchasing Power of Money.** Nova York: Macmillan, 1911.
- FRANK, R. H.; BERNANKE, B. S. **Princípios de economia.** 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil.** São Paulo: Estudos Avançados, 1995.
- IBGE. **Inflação.** (2025). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- IPEA. **Inflação por faixa de renda: dezembro de 2023.** (2024). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2024/01/inflacao-por-faixa-de-renda-dezembro2023/>. Acesso em: 28 set. 2025.

IPEA. **Inflação por faixa de renda**: dezembro de 2024. (2025a). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2025/01/inflacao-por-faixa-de-renda->

dezembro2024/#:~:text=Com%20a%20incorpora%C3%A7%C3%A3o%20do%20resultado,elevada%20(4%2C4%25). Acesso em: 28 set. 2025.

IPEA. **Indicador IPEA de Inflação por Faixa de Renda**. (2025b). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/indicador-ipea-de-inflacao-por-faixa-de-renda/>. Acesso em: 17 set. 2025.

IPEA. **Inflação por faixa de renda**. (2017). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/5ae5aac9-ed94-4a85-9a92-0005aa7c9252>. Acesso em: 18 set. 2025.

IPEA. **O Brasil no fim do século**: desafios e propostas para ação governamental. (1994). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/1fff6339-e523-4e84-8665-706b6b6fcf5f>. Acesso em: 14 out. 2025.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PRESTES FILHO, Ubirajara de Farias. **Câmara Municipal de São Paulo**: 450 anos de história. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economía**. 18. ed. Madrid: Artmed, 2005.

SEADE. **Ocupação e rendimento**. (2025). Disponível em: <https://trabalho.seade.gov.br/ocupacao-e-rendimento/>. Acesso em: 08 out. 2025.

SILVA, C. R. L.; LUIZ, S. **Economia e mercados**: introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2017

SILVA, F. J. F.; FONSECA NETO, F. A. **Inflação pró-pobre no Brasil do Real**: uma análise regional. *Economia Aplicada*, São Paulo, v.15, n. 1, p. 83-102, 2011.

SOARES, L. W. V.; FIRME, V. A. C.; LIMA JÚNIOR, L. A. de. **O impacto da política monetária no mercado de ações brasileiro**. *Brazilian Review of Finance*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 70-96, 2021.

SZMRECSÁNYI, Tamás *et al.* **História Econômica da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Globo, 2004.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. M. **Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia**: micro e macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.